

A nova linguagem do velho ódio

Eva Cruzeiro · 22.05.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE

Em reação a um artigo de Ascenso Simões, a deputada Eva Cruzeiro escreve sobre os movimentos anti-direitos LGBTQIA+ e desmonta a sua estratégia de normalização de um discurso «intelectualmente disfarçado e socialmente legitimado.»

O que aqui está em causa é algo politicamente e socialmente muito sério: a normalização de um discurso anti-LGBT cada vez mais sofisticado, intelectualmente disfarçado e socialmente legitimado.

O artigo «O colectivo LGBTQI+ está a suicidar-se», escrito por Ascenso Simões, é um exemplo particularmente revelador da forma como o discurso anti-LGBT contemporâneo se sofisticou. Já raramente surge apenas através do insulto directo, da violência verbal explícita ou do preconceito assumido. Hoje apresenta-se muitas vezes revestido de racionalidade, de preocupação moderada, de linguagem pseudo-intelectual e até de uma aparente defesa da dignidade humana. E é precisamente isso que o torna politicamente mais perigoso, sobretudo quando um texto intelectualmente desonesto, politicamente perigoso e moralmente degradante sobre pessoas LGBTQIA+ surge assinado por alguém que procura apresentar-se como homem da esquerda democrática.

O que aqui está em causa é algo politicamente muito mais sério: a normalização de um discurso anti-LGBT cada vez mais sofisticado, intelectualmente disfarçado e socialmente legitimado.

Ao longo do texto, constrói-se uma falsa distinção entre homossexuais «aceitáveis» e um alegado universo LGBTQIA+ excessivo, caótico ou degenerado. Esta lógica não é nova. Historicamente, foi utilizada contra *gays* afeminados, *lésbicas* masculinizadas, *peessoas trans*, *drag queens*, manifestações *Pride* e qualquer expressão *queer* que recusasse tornar-se invisível para tranquilizar a norma social dominante. A mensagem implícita é sempre a mesma: determinadas pessoas podem ser toleradas desde que permaneçam discretas, silenciosas e politicamente inofensivas.

A extrema-direita não separa pessoas LGBTQIA+ «moderadas» de pessoas trans quando decide atacar direitos fundamentais.

Mas os movimentos anti-direitos nunca funcionaram verdadeiramente através dessas distinções artificiais. A extrema-direita não separa pessoas LGBTQIA+ «moderadas» de pessoas trans quando decide atacar direitos fundamentais. O mesmo discurso que hoje demoniza pessoas trans amanhã será

mobilizado contra o casamento igualitário, a adoção, a educação sexual, a autodeterminação ou a simples visibilidade pública de pessoas *gays* e *lésbicas*.

Existe também uma brutal desonestidade intelectual na forma como conceitos distintos são deliberadamente misturados para produzir confusão social e pânico moral. O artigo coloca identidade de género, orientação sexual, pessoas intersexo e expressões *queer* numa espécie de massa indiferenciada e caricatural, chegando ao ponto de sugerir absurdamente que a inclusão do símbolo «+» conduziria à legitimação de relações com objectos, plantas ou animais. Isto não constitui análise séria nem reflexão académica rigorosa. Trata-se de uma técnica clássica de degradação simbólica: associar pessoas LGBTQIA+ à irracionalidade, à extravagância ou à perversão para tornar mais fácil a sua desumanização pública.

Ao ler esta passagem, gritei por dentro: «alguém que me belisque, eu quero acordar deste pesadelo».

Há, porém, um momento no artigo que merece ser nomeado sem eufemismos. Ascenso Simões compara a bandeira arco-íris, símbolo histórico de uma luta que custou vidas, prisões e décadas de sofrimento colectivo, a «um guião de uma célula do Ku Klux Klan». O Ku Klux Klan é uma organização terrorista racial responsável por linchamentos, atentados e assassinatos sistemáticos de pessoas negras nos Estados Unidos. Equiparar o símbolo de um movimento de libertação humana ao emblema de uma organização de terror racial não é provocação intelectual nem crítica cultural. É uma degradação deliberada que revela, com uma honestidade involuntária, até onde este discurso está disposto a ir quando abandona a linguagem moderada que usa no resto do texto. E isto não pode passar despercebido apenas porque surge embrulhado num artigo de opinião com pretensões de racionalidade. Ao ler esta passagem, gritei por dentro: «alguém que me belisque, eu quero acordar deste pesadelo».

Talvez um dos aspectos politicamente mais perigosos do texto seja, porém, outro: a ideia de que os direitos LGBTQIA+ ou a visibilidade *queer* seriam responsáveis pelo crescimento da extrema-direita. Este argumento representa uma inversão moral profundamente preocupante porque transfere a responsabilidade da violência dos intolerantes para os discriminados. É semelhante a afirmar que o feminismo provoca misoginia, que o antirracismo provoca racismo ou que a imigração provoca xenofobia. Não. E agora vejo-me obrigada a fazer algo que detesto: dizer o óbvio. A responsabilidade pela violência pertence sempre a quem discrimina, humilha ou agride, nunca a quem simplesmente existe e reivindica dignidade.

O texto instrumentaliza ainda referências científicas de forma profundamente manipuladora. Seleciona estudos controversos, ignora consensos médicos internacionais e utiliza linguagem pseudo-científica para validar posições ideológicas já previamente definidas. A ideia de que pessoas trans seriam produto de uma suposta «revolução neomarxista» ou de manipulação cultural aproxima-se perigosamente das

actuais retóricas anti-trans promovidas por sectores da extrema-direita cultural norte-americana e europeia.

A responsabilidade pela violência pertence sempre a quem discrimina, humilha ou agride, nunca a quem simplesmente existe e reivindica dignidade.

Mas talvez a maior contradição do artigo seja o facto de o autor se apresentar como defensor da dignidade homossexual enquanto reproduz precisamente os mecanismos históricos utilizados contra pessoas *gays* ao longo de décadas. O discurso central é simples: «foram aceites enquanto permaneceram discretos, começaram a exigir demasiado e agora a sociedade reage». Ora, esta narrativa foi utilizada contra mulheres feministas, contra pessoas negras durante as lutas pelos direitos civis e contra praticamente todos os grupos marginalizados no exacto momento em que deixaram de pedir tolerância e passaram a exigir igualdade plena.

Quando o autor fala de «provocação», «excentricidade», «práticas sexuais em público», «farra» ou «drogas» em referência às *Pride* ou à cultura *queer*, recicla imaginários antigos sobre decadência moral LGBTQIA+. Historicamente, pessoas *queer* sempre foram acusadas de corromper crianças, destruir famílias, ameaçar a civilização ou representar uma forma de degeneração social. O artigo limita-se a actualizar esses velhos preconceitos numa linguagem aparentemente mais sofisticada e culturalmente aceitável.

Pessoas *queer* sempre existiram. Pessoas trans sempre existiram. Expressões não-binárias sempre existiram. O que mudou foi a possibilidade histórica de falarem por si próprias no espaço público.

Mas existe ainda uma reflexão mais profunda que este texto involuntariamente revela: uma enorme ansiedade perante identidades humanas que escapam a categorias rígidas e hierarquias tradicionais. O desconforto não é apenas político. É também ontológico. Existe uma necessidade constante de fronteiras fixas, identidades estáveis, classificações absolutas e modelos sociais perfeitamente legíveis. O problema é que a experiência humana nunca foi assim tão simples. Pessoas *queer* sempre existiram. Pessoas trans sempre existiram. Expressões não-binárias sempre existiram. O que mudou não foi a existência dessas pessoas. Foi a possibilidade histórica de falarem por si próprias no espaço público.

E talvez seja precisamente aqui que reside uma das maiores falhas das democracias progressistas durante demasiado tempo. Em Portugal, habituámo-nos demasiadas vezes a ter pessoas como o autor deste artigo a representar, interpretar ou mediar questões LGBTQIA+ mais vezes do que as próprias pessoas LGBTQIA+ tiveram oportunidade de o fazer em espaços de poder político. Não porque aliados não sejam importantes. São. Mas, solidariedade não pode continuar a significar substituição permanente de voz, experiência e representação.

Ao mesmo tempo que acusa o movimento LGBTQIA+ de elitismo e afastamento das classes populares, o artigo ignora completamente que pessoas LGBTQIA+ pobres, racializadas, migrantes e trans continuam entre os grupos mais vulneráveis à violência, à exclusão social, à precariedade económica e ao sofrimento psicológico.

Ainda assim, o texto tem uma utilidade política importante: mostra-nos como o discurso anti-LGBT contemporâneo evoluiu. Já não precisa de surgir apenas através do ódio explícito. Hoje apresenta-se como moderação, preocupação racional, defesa da ciência, crítica cultural ou simples «bom senso». E é precisamente essa sofisticação discursiva que o torna mais eficaz, mais normalizável e, por isso mesmo, mais perigoso para a democracia e para os direitos humanos.

A História demonstra-nos repetidamente que os retrocessos civilizacionais nunca começam com violência física. Começam no momento em que o preconceito passa a ser tratado como reflexão séria e a desumanização como coragem intelectual. Quando a dignidade humana se torna tema legítimo de relativização pública, o caminho já está feito.

Parabéns a todos os Ascensos que temos em Portugal. O vosso trabalho de retrocesso tem sido, infelizmente, bastante eficaz.

- *A autora escreve sem o Acordo Ortográfico.*